



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Rios, Maria Galvão; Gomes, Isabel Cristina
Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção
Psicologia em Estudo, vol. 14, núm. 2, abril-junio, 2009, pp. 311-319
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122123012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESTIGMATIZAÇÃO E CONJUGALIDADE EM CASAIS SEM FILHOS POR OPÇÃO¹

Maria Galvão Rios^{*}
Isabel Cristina Gomes[#]

RESUMO. O casamento contemporâneo não necessariamente envolve um projeto de filiação e descendência. Tal fenômeno só é possível em função das mudanças que foram ocorrendo na transição do modelo tradicional de família para as novas configurações, nas quais observamos variadas facetas do desejo de procriação, representadas seja pela busca de um filho quando não existem possibilidades biológicas de concepção, seja por seu inverso, a escolha voluntária por não ter filhos. O objetivo deste artigo é refletir acerca do estigma e conjugalidade presentes na opção de casais por não ter filhos. O método empregado na pesquisa foi o clínico-qualitativo, sendo realizadas entrevistas com quatro casais heterossexuais, sem filhos por opção, na região metropolitana de São Paulo. De acordo com os resultados coletados, todos os casais relataram, de forma espontânea, sofrer ou ter sido submetidos à pressão social e sentir-se estigmatizados em função de suas escolhas. Cada um dos casais é impactado de uma maneira singular, reagindo a esse fenômeno de diferentes formas, a depender do tipo de vínculo conjugal estabelecido.

Palavras-chave: Não-maternidade; estigma; casamento.

STIGMATIZATION AND CONJUGALITY CONCERNING VOLUNTARY CHILDLESS COUPLES

ABSTRACT. Presently, marriage does not necessarily involve a project of bearing children. This phenomenon is due to changes occurred in the transition from the traditional model of family to the new configurations: either the pursuit of child bearing alternatives when there are no biological possibilities of conceiving, or the opposite, voluntary childlessness. The aim of this article is to study the social pressure and stereotypes associated to a couple's choice of having no children, and marital relationship. The research methodology used was clinical-qualitative, in which interviews were conducted with four heterosexual childfree couples, in the metropolitan area of São Paulo. According to the results, all couples reported the existence of social pressure and stigmatization towards them, due to their reproductive choices. Each one of those couples was impacted and reacted to this phenomenon in different ways, depending on the marital bond.

Key words: Childlessness; stigma; marriage.

ESTIGMATIZACIÓN Y CONYUGALIDAD EN PAREJAS SIN HIJOS POR OPCIÓN

RESUMEN. El matrimonio contemporáneo no implica necesariamente un proyecto de *linaje* y descendencia. Este fenómeno sólo es posible en función de los cambios que fueron ocurriendo en la transición del modelo tradicional de la familia para las nuevas configuraciones, en las cuales observamos distintas facetas del deseo por la procreación: sea por la búsqueda de un hijo cuando no existen posibilidades biológicas de concepción, sea por su inverso, la búsqueda voluntaria por no tenerlo. El objetivo de este artículo es el de proyectar acerca de estigma y conyugalidad asociados a la opción de las parejas por no tener hijos. El método empleado en la investigación fue el clínico-cualitativo, siendo realizadas entrevistas con cuatro parejas heterossexuales, sin hijos por opción, en la región metropolitana de Sao Paulo. De acuerdo a los resultados obtenidos, todas las parejas relataron, de manera espontánea, que sufren o han sido sometidos a la presión social, y se sienten estigmatizados en función de sus voluntades. Cada una de las parejas es impactada de una manera singular, reaccionando a este fenómeno de diferentes formas, dependiendo del vínculo matrimonial establecido.

Palabras-clave: No-maternidad; estigma; matrimonio.

¹ Apoio: Capes.

^{*} Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo.

[#] Psicóloga, Livre-Docente, Professora Associada junto ao Departamento de Psicologia Clínica-IP da Universidade de São Paulo-USP.

A sociedade contemporânea é palco de diversas transformações na família, no casamento, assim como nos conceitos de maternidade, paternidade e nas relações de gênero, conceitos historicamente determinados e em constante mutação. Sexualidade e procriação não se complementam mais, assim como maternidade e feminilidade não são necessariamente vistas como sinônimos. O modelo tradicional e os novos arranjos familiares convivem hoje lado a lado, revelando diversas formas de ser família e de ser casal no Ocidente, onde, além da família nuclear, existem a homoafetiva, a monoparental, a reconstruída e outras.

Esse cenário de dissociação e mudanças que geram complexidades nas relações familiares, aliado aos avanços da medicina, permitiu, além de uma sexualidade sem procriação, seu reverso, ou seja, uma procriação sem sexualidade.

Chatel (1995), psicanalista francesa, aborda o tema do advento e desenvolvimento de uma *medicina da reprodução*, a serviço daqueles que querem ter filhos sem poder gerá-los naturalmente. Ela analisa criticamente tanto as interrupções voluntárias da gravidez – permitidas por lei na França – quanto as procriações medicamente assistidas, apontando para a disseminação da ideologia, imposta por essa medicina, da vontade de ter filhos, vontade que nem sempre corresponde ao desejo dos casais!

Tal ponto de vista pode ser colocado em diálogo com o de Bauman (2004), sociólogo polonês, que, em sua pessimista reflexão sobre a fragilidade dos laços humanos na atualidade, assinala, acerca dos filhos, que em outra época – a dos lares/oficinas e da agricultura familiar – estes cumpriam para as famílias o papel de produtores, enquanto hoje passaram a ser identificados como objetos de consumo emocional. Esse autor considera que, atualmente, a medicina compete com o sexo pela responsabilidade da reprodução: “agradece-se pelo que a medicina pode fazer, mas também pelo que se espera que ela faça e pelo que dela desejam os estudantes e ex-alunos da escola de *marketing* da vida dos consumidores” (2004, p. 57).

Também Roudinesco (2003) aborda o tema do desejo da procriação a partir do vértice dos casais homossexuais. Ela analisa a tentativa de normatização por parte destes casais que queiram filhos, ou seja, o seu desejo de integração na ordem familiar com a qual haviam rompido e o choque que isso gera na sociedade. A partir daí, realiza uma profunda reflexão sobre as transformações sofridas pela família, especialmente a ruptura da soberania divina do pai e a irrupção do feminino.

Entre aqueles que buscam gerar filhos com a ajuda das técnicas médicas de procriação encontramos, então, pares homoafetivos, casais com hipofertilidade – algumas vezes advinda do adiamento da decisão de ter filhos até quase o final da idade reprodutiva, fenômeno bastante contemporâneo – além de mulheres que desejam ter os filhos sozinhas e tantas outras possibilidades. A despeito destes tantos que despendem esforços psíquicos (não discutiremos aqui se no caso se trata de uma questão de vontade ou de real desejo, como o faz Chatel, 1995) e financeiros para tentar gerar uma criança, na sociedade atual cresce o número daqueles que optam por não ter filhos.

O fenômeno da renúncia voluntária a ter filhos, embora difícil de ser quantificado (Park, 2005; Stöbel-Richter, Beutel, Finck & Bräler, 2005), vem aumentando em diversos países do mundo (Abma & Martinez, 2006; Hewlett, 2002; Lee & Gramotnev, 2006), entre eles, mais recentemente, no Brasil. O tema vem ganhando, inclusive, visibilidade em nossa mídia e nos meios de comunicação.

A dissociação que se deu entre sexualidade e procriação vem acompanhada por outra: entre maternidade e feminilidade.

Maldonado (1989) considera que a associação entre maternidade e feminilidade tenha sido um produto do século XIX, quando se deu o culto à maternidade que ampliou o lugar da mãe e da criança na sociedade. A partir daí, com a inserção da mulher no campo mais amplo de estudo, trabalho e produção, e com a abertura de novas perspectivas existenciais, casamento e maternidade passaram a ser opção ao invés de destino, e a mulher adquiriu maiores possibilidades de se sentir independente e adulta.

Scavone (2001), em uma reflexão sociológica sobre as mudanças nos padrões e experiências da maternidade contemporânea, coloca a opção pela maternidade como um fenômeno moderno, consolidado no decorrer do século XX, com o avanço da industrialização e da urbanização. A consolidação da sociedade industrial teria sido responsável por uma transição do modelo tradicional de maternidade, ou seja, a mulher definida como mãe, para o modelo moderno de mulher definida *também* como mãe, entre outras possibilidades.

A maioria dos estudos atuais sobre a opção por não ter filhos vem abordando, principalmente, a temática da mulher, como se só ela, no casal, fosse a detentora de tal escolha. Esse fato associa-se à visão tradicional de família que colocava a mulher como única responsável pelo mundo doméstico e dos filhos.

A contemporaneidade, encerrando mudanças profundas nesse contexto, permite ao homem uma maior participação na relação com os filhos. Autores recentes, como Solis-Ponton (2004), propõem a conceituação de *parentalidade*, mais usada ultimamente, na medida em que esta abarca as experiências de mulheres e homens em “tornar-se pais”, como uma construção mais ampla que o registro biológico.

Lado a lado, encontramos, então, a busca por filhos propiciada pelas mais diversas técnicas médicas e a opção voluntária por não tê-los por parte daqueles que o poderiam. Convivência pacífica? Liberdade para que cada um dirija sua vida no sentido que melhor lhe parecer? Por mais que na contemporaneidade seja pensável a coexistência de diversas formas de família – tradicional, moderna, pluralística (Jablonski, 2003) – essa convivência nem sempre é pacífica, já que a aceitação de algo novo diante do instituído promove sempre uma “mobilização” no *status quo*, podendo gerar sentimentos ambivalentes e conflitantes.

O objetivo deste artigo é dar ênfase aos aspectos que dizem respeito à estigmatização, preconceito ou pressão social sofridos por casais voluntariamente sem filhos, como um fenômeno característico da contemporaneidade, que propicia o surgimento de novas formas de conjugalidade dissociadas da continuidade geracional.

CONJUGALIDADE - SER CASAL HOJE

A construção da conjugalidade hoje é decorrente da emancipação feminina, da liberação sexual, da possibilidade de divórcio, da escolha amorosa entre os parceiros e do casamento não mais atrelado à constituição familiar como objetivo primeiro. Mezan (2003), ao discutir a busca da felicidade e a situação atual do casamento, considera que “na dinâmica da modernidade, opõem-se várias correntes, e uma das mais poderosas tem sido o crescente anseio pela felicidade individual, estreitamente associado à ideia de liberdade para cada um dirigir sua vida no sentido que melhor lhe parecer” (p.163). As ideias apresentadas acima poderiam ser vistas como fatores determinantes de uma conjugalidade não atrelada à constituição de uma descendência?

Poderíamos supor, como um processo natural, para os casais atuais, primeiramente a construção desse espaço de conjugalidade, onde aliança e sexualidade seriam as dimensões mais valorizadas e, depois, mas não como condição necessária, o estabelecimento da parentalidade, o que nos leva a

propor a primazia do “par conjugal” sobre o “par parental”.

Ressaltamos, ao obstante, que tal fenômeno é atravessado pelas questões de gênero. De acordo com Feres-Carneiro (2001), enquanto a maioria dos homens define casamento como “constituição de família”, a quase-totalidade das mulheres por ela entrevistadas o definem como “relação amorosa” (p. 73).

Como a sociedade contemporânea caracteriza-se pelo “culto” ao individualismo, o casal contemporâneo é confrontado por duas forças paradoxais, isto é, pelas tensões entre individualidade e conjugalidade (Feres-Carneiro, 1998), o que pode vir a dificultar a construção de um projeto comum, de um desejo conjunto, sem perder a dimensão subjetiva de cada um.

Para refletir acerca do tipo de vínculo estabelecido pelo par conjugal que opta por não procriar utilizamos as ideias de Puget e Berenstein (1993), que abordam o relacionamento do casal a partir de uma concepção desenvolvimentista. Eles estabelecem uma tipologia do vínculo de casal em um eixo que vai da fusão entre dois egos até a autonomia. No extremo da indiscriminação encontra-se o funcionamento dual de investimento, com o predomínio do vínculo de tipo fusão, tanto em relações de simetria quanto de assimetria estável, ou complementaridade. Na estrutura que se segue a esta, de terciridade limitada, o vínculo é ainda dual-indiscriminado, mas não autossuficiente. A estrutura de terciridade ampla, por sua vez, requer a existência de duas mentes discriminadas, cujo projeto vital compartilhado inclui o aparecimento de um terceiro.

Na maioria das vezes em que se referem ao terceiro como um projeto na relação, os autores dão o exemplo do filho, mas deixam sempre em aberto a possibilidade de não o ser, nunca colocando de maneira categórica que este terceiro *tenha que* ser um filho. Para tais autores, para que se entenda o vínculo conjugal é de essencial importância a análise do projeto vital compartilhado pelo par.

A CONSTRUÇÃO DE UM ESTIGMA

A palavra *estigma*, que, segundo o Novo Dicionário Aurélio, significa “cicatriz, sinal, (...) marca infamante, vergonhosa”, é também “a porção terminal do gineceu, destinada a recolher o pólen, e sobre a qual ele germina” (Ferreira, 1975). Parece que os casais voluntariamente sem filhos rejeitam tanto a estigmatização pelo meio social quanto a aceção reprodutiva que esta palavra também engloba.

De acordo com Goffman (1975), autor que discute estigma e identidade social, quando surgem evidências de que uma pessoa tenha um atributo que a torne diferente das outras que se encontram em uma categoria em que pudesse ser incluída, esta deixa de ser considerada uma criatura comum e total, sendo reduzida a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica seria, então, um estigma, e constitui uma discrepância entre a identidade social virtual – uma imputação feita por um retrospecto em potencial – e a identidade social real.

Dessa forma, a escolha por não procriar pode ser entendida como uma característica desviante do que é socialmente esperado, sendo interpretada muitas vezes como anormalidade, patologia, falta de saúde, egoísmo, falta de dever cívico – no que diz respeito à necessidade de reposição da população, entre outros conceitos.

A faceta da pressão social e do preconceito sofridos pelos que escolhem não ter filhos, cristalizada em estereótipos em relação a quem faz tal opção, aparece como extremamente relevante nos estudos acadêmicos da área.

Tal questão é abordada por Letherby (2002), para quem a experiência da não-maternidade é tão complexa e variada quanto a da maternidade, ao contrário do que sugerem as caricaturas, socialmente intrincadas, de que mulheres sem filhos sejam desesperadas (no caso de infertilidade) ou egoístas (no caso de opção). A autora considera, entretanto, que já houve alguma mudança nos discursos dominantes em relação à maternidade e à não-maternidade: a ambivalência em relação à experiência da maternidade seria hoje mais fácil de ser verbalizada do que em outros tempos.

Fjell (2002), interessada na experiência de mulheres norueguesas que não pretendem ter filhos, utilizando-se de entrevistas em profundidade, conclui que estas vivem felizes sem filhos, apesar de reportarem dificuldades sociais, decorrentes de críticas e falta de entendimento de muitas pessoas, que, segundo as entrevistadas, não levam sua decisão a sério.

De acordo com Morell (2000), as experiências de mulheres heterossexuais sem filhos por opção são frequentemente mal entendidas e mal nomeadas, devido a um padrão idealizado de maternidade por parte do meio social. A pesquisadora chega a esta conclusão a partir de entrevistas realizadas com trinta e quatro mulheres americanas, casadas, com idade entre quarenta e setenta e oito anos. Ela chama a atenção para o fato de que muitas destas mulheres

pertenciam às classes mais pobres e associavam a ascensão social ao fato de não terem filhos.

Park (2002) considera que indivíduos que optaram pela não-paternidade/maternidade lidam com os estereótipos e com as pressões sociais para alterar ou justificar sua situação. Utilizando-se de entrevistas em profundidade com vinte e quatro sujeitos, homens e mulheres, sem filhos por opção, investigou quais seriam as estratégias adotadas por eles ao lidar com uma identidade estigmatizada, tanto em âmbito individual quanto nas interações sociais. Concluiu que isso pode se dar através de formas primárias e reativas de defesa, como, por exemplo, alegar uma deficiência biológica; por meio de formas intermediárias, desafiando ideologias tradicionais; ou mediante técnicas pró-ativas de definição da ausência de filhos como um estilo de vida socialmente valorizado.

Em um estudo sobre a percepção social a respeito de casais voluntariamente sem filhos, involuntariamente sem filhos e com filhos, Calhoun e Selby (1980) concluíram que estudantes universitários tinham as seguintes percepções: maridos eram classificados como psicologicamente mais saudáveis se tivessem filhos do que se não os tivessem, independentemente da ausência de filhos ser involuntária ou não; e esposas eram menos apreciadas e percebidas de uma maneira mais negativa quando descritas como sem filhos por opção em relação àquelas que não podiam tê-los. Importante observar que esta pesquisa foi publicada na década de oitenta do século XX, e que poderia ser muito interessante a sua replicação na atualidade.

As publicações citadas acima, levantadas em periódicos e bases de dados internacionais, abordam realidades de diversos países, mas não o Brasil. O que dizem nossos casais sem filhos por opção a respeito deste fenômeno? Como eles se sentem e lidam com isso?

Tomando-se como base os resultados encontrados em nossa pesquisa de mestrado (Rios, 2007), descrita abaixo, cujo intuito foi refletir acerca das motivações conscientes e inconscientes que levam casais a optarem por não ter filhos, chamou-nos a atenção o fato de que, em todas as entrevistas realizadas com os participantes, surgiu espontaneamente essa faceta: os quatro casais relataram sofrer algum tipo de pressão social, ou sentir-se estigmatizados em função dessa escolha. Percebemos também que estes casais lidavam de formas diferentes com estes fenômenos. Discutiremos a metodologia utilizada neste estudo, para em seguida apresentarmos os resultados encontrados.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo clínico-qualitativo (Turato, 2003), que se propôs a um contato em profundidade com a experiência da escolha pela não-maternidade/paternidade, aprovado pela comitê de ética da instituição onde foi realizado.

Foram realizadas entrevistas semidirigidas com quatro casais, habitantes da região metropolitana de São Paulo. Os critérios de inclusão da amostra foram os seguintes: relação ser heterossexual, ausência de filhos ser voluntária, seguindo-se os critérios estabelecidos por Jeffries e Konnert (2002); serem casados há mais de três anos, que é o tempo que a jurisprudência tem considerado na admissão de união estável, embora o código civil brasileiro não estabeleça um tempo mínimo; pertencer à classe média/média, alta/alta, pois de acordo com as estatísticas obtidas, é um fenômeno que se relaciona mais com essa parcela da população; e nenhum dos cônjuges estar em processo psicoterapêutico, porquanto, uma vez que não se parte da concepção de que a ausência voluntária de filhos seja um *problema*, buscou-se uma população não clínica, sem uma queixa que as mobilizasse a buscar ajuda psicológica.

Optou-se por estudar casais com mais de 35 anos, seguindo-se a argumentação de que a decisão por não ter filhos diz respeito a um processo que se dá com o tempo e que as expectativas são mutáveis (Campbell, 1985; DeOllos & Kapinus, 2002; Kemkes-Grottenthaler, 2003). Foram excluídos casais que estivessem apenas adiando a concepção e aqueles dos quais algum dos membros já possuísse filhos de outros relacionamentos.

A escolha de quatro casais é coerente com o exposto por Gerart, Ratliff e Lyle (2001) em um estudo sobre pesquisas qualitativas na terapia de famílias. Segundo esses autores, estudos qualitativos não necessariamente ganham poder com o aumento do tamanho da amostra e a estimativa do número deve corresponder também ao processo de análise, que é longo no caso desta pesquisa. Optou-se, ainda, pelo estudo de casais, e não apenas de mulheres – privilegiadas pela literatura na área – de acordo com a concepção de que, na contemporaneidade, tanto homens quanto mulheres podem exercer igual papel na decisão pela parentalidade.

Turato (2003), que define o método clínico-qualitativo utilizado nesta pesquisa, considera que o número de sujeitos em uma pesquisa clínico-qualitativa deve ser superior a três ou quatro. Acrescenta que “costuma-se ter um tamanho final da amostra estando entre seis e quinze entrevistados,

faixa numérica que pode ser ampliada para baixo ou para cima, sempre em consonância com a tensão entre os objetivos propostos e os ditames do campo” (p. 367).

Cabe aqui ressaltar, também, que a definição do método clínico-qualitativo apresentada por Turato (2003) deixa claro que sujeito – ser humano paciente ou não – da pesquisa pode envolver qualquer pessoa que possa ser ouvida quanto aos sentidos e significações que atribui ao fenômeno em questão, observado pelo pesquisador, podendo ser um indivíduo que “porta” o problema ou o profissional da saúde que trata do problema, ou, finalmente, familiares ou outros que convivem de alguma forma com o fenômeno.

O método clínico-qualitativo, cujos pilares são as atitudes existencialistas, clínicas e psicanalíticas, não envolve, portanto, o tratamento clínico de determinado fenômeno. Seu principal instrumento de coleta de dados é a entrevista, que pode ser complementada por instrumentos auxiliares.

As entrevistas foram realizadas em local escolhido pelos casais, sendo que três deles escolheram sua residência e um (casal A) o local de trabalho da esposa. Cada casal foi entrevistado uma vez, durante aproximadamente duas horas. Com o consentimento dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas.

Como forma de análise, inicialmente realizou-se a transcrição literal das entrevistas e, então, a partir de sua leitura flutuante para impregnação do discurso, realizou-se uma categorização de tópicos emergentes, segundo critérios de relevância e de repetição. A leitura dos dados se deu a partir do ponto de vista psicanalítico.

RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados, inicialmente se fará uma breve apresentação do casal e de como estabeleceram e mantiveram sua conjugalidade, com alguns dados relevantes de suas histórias de vida nas famílias de origem. Os dados colhidos nessa apresentação se basearam no conjunto das entrevistas e nas impressões e vivências suscitadas contratransferencialmente na pesquisadora, que é terapeuta de casais. Em seguida são apresentados os dados trazidos por eles em entrevista a respeito da aceitação ou não-aceitação social de suas opções pela não-procriação.

Todos os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios, para se evitar a identificação.

Casal A

Augusto, 58 anos, representante comercial, e Irene, 52 anos, dentista. Ambos possuem o ensino superior completo. De todos os casais que fazem parte da pesquisa, é o único em que a esposa já não se encontra no período reprodutivo, o que significa que a possibilidade de concepção biológica de um filho não mais existe. Casados há 28 anos, conheceram-se em uma pequena cidade do interior, onde moravam suas famílias de origem. Estabelecem uma conjugalidade pautada no respeito ao outro, na proteção mútua e na flexibilidade de papéis, sem sinais de psicopatologia no vínculo (Puget & Berenstein, 1993). Trata-se de um casal cuja decisão por não ter filhos mostra-se carregada de conflitos e ambivalências: Irene diz que nunca teve o desejo de ser mãe e que chegou a comentar isso com o marido no início do casamento, mas que ele não a levou a sério. Relatam que nunca conversaram seriamente sobre o assunto. Irene, decidida a não ser mãe, realizou dois abortos, com o consentimento do marido, católico praticante. Depois disso, utilizou métodos anticoncepcionais. Para reparar e compensar essas atitudes e decisões, assumem o cuidado de todos os familiares e amigos que adoecem, oferecem abrigo e ajuda a todos os sobrinhos, além de Augusto ser voluntário em uma instituição que cuida de crianças com câncer e participar de várias obras sociais. Ambos são filhos de casais marcados pela violência e pelo alcoolismo, sendo que a esposa não apresenta identificação significativa com a figura materna em sua história de vida, o mesmo acontecendo com o esposo em relação à figura paterna. Sobre a tomada de decisão de não ter filhos, relatam espontaneamente que sentiram uma forte pressão da família no início do casamento, até porque os dois eram os filhos mais velhos. Depois que os sobrinhos foram nascendo, relatam que a pressão diminuiu. Entretanto, sentem-se “mal-vistos” por muitas pessoas. Augusto, por exemplo, diz que “*Dá a impressão que tem alguma coisa ruim*”. E acrescenta: “*Dá a impressão que (...) ‘Poxa, mas você não tem carta de motorista?’; como se fosse: ‘Puxa, mas você nunca foi para a Europa’, como se fosse uma coisa assim que não é um processo natural*”.

De acordo com Irene:

Eles achavam que havia algum problema, que ou era eu ou era ele. E até hoje eu me lembro que, foi há uns 10 anos atrás, nós estávamos sentados no jardim, eu, sua mãe, a minha, e uma outra pessoa que eu não me lembro quem, e falou-se em filhos e aí a mãe dele falou: ‘Não, mas ela teve problema’. E eu falei: ‘Não, eu não tive problema não, eu não quis mesmo!’ Ela ficou toda (...) Ela falou: ‘Ela que tem problema’. Aí eu falei ‘Não, eu não tenho problema não, eu que

não quis!’ Ali ela ficou brava e vi que ela não gostou, é assim né! Aí eu falei: ‘Ué, que que tem, fulana também, não sei quem, também não quis filhos’. E eu lembro que sua mãe falou assim: ‘Não, não, mas ela tem problema sim’. E eu fiquei quieta, não falei nada, né, porque eu não vou (...) você acha (...).

Como maneira de enfrentar a pressão sofrida e os estereótipos a que estão submetidos, o casal desafia as ideologias tradicionais, enfatizando a decisão por eles tomada como legítima. Por outro lado, a necessidade, ante os questionamentos sociais, de explicitar quanto ajudam diversas pessoas pode ser entendida como indicativo de dificuldade para lidar com tal questão.

Casal B

Fábio, 38 anos, pequeno empresário, e Gabriela, 41 anos, administradora de empresas, cursando uma segunda faculdade, de Letras, na época da entrevista. Ambos possuem ensino superior completo, e, enquanto Fábio se declara ateu, Gabriela se diz católica não praticante. Casados há quatro anos, depois de um namoro de cinco, falam de um vínculo que propiciou crescimento e desenvolvimento para ambos. Conheceram-se via internet. A partir de um início de conjugalidade marcado por diversas brigas e desentendimentos, construíram uma relação muito satisfatória para ambos, com espaço para a criatividade, a flexibilidade, a cumplicidade e o carinho. O vínculo conjugal é estabelecido em termos pós-modernos (Gomes & Paiva, 2003), que oferece um espaço de *holding* para cada um de seus membros. Assim como o casal A, este é também caracterizado por falta de identificação da esposa com a figura materna e do esposo com a figura paterna. O casamento dos pais de Gabriela tinha bases tradicionais e o dos pais de Fábio tinha uma estrutura fusional (Puget & Berenstein, 1993), com pouco espaço para os filhos. A decisão de não ter filhos, tomada por ambos em consenso antes mesmo do casamento, parece ser mais conflituosa para Gabriela, enquanto Fábio se mostra bastante coerente. Sobre a maneira como percebem os estereótipos, comentam que há uma diferença entre a pressão exercida por parte de homens e aquela feita por mulheres. Nas palavras de Fábio:

Meus amigos homens que tiveram filho muito cedo, falam: ‘Você está mais do que certo’. Agora, as amigas, as mulheres: ‘Como assim não ter filho? Como ela não quer ter filho? É o objetivo de vida de qualquer mulher!’. As mulheres não se conformam muito, os homens acham normal: ‘Está mais do que certo’.

Em cima da mulher acho que tem mais (...) Parece que é uma aberração. (...) As pessoas

já olham de lado: 'Se você não quer ter é porque você não gosta'. 'Então não vou deixar você chegar perto do meu filho!'. Sabe, é bem... 'Você vai machucar ele'. Faça-me o favor, não quero então!'"

Também de acordo com Gabriela:

E cobrança tem sim. Da família nem teve muita não, nem da minha nem da dele, que é o principal, né? De amigos tem aquela coisa que as meninas enchem o saco mesmo. 'Ah, não acredito, mas por quê?'. Parece que está faltando um pedacinho de você (...) Às vezes quando perguntam dá vontade de falar: 'Ah, eu não posso ter', porque aí você mata o assunto. É que eu não consigo, nunca dei essa resposta, não sei se (...) Mas às vezes dá vontade.

Enquanto Fábio não reclama muito da pressão sofrida, por considerar que os homens não a sofrem tanto, a esposa já se mostra mais incomodada, cogitando a utilização de uma estratégia primária e reativa de defesa (Park, 2002).

Casal C

André, 49 anos, administrador de empresas, e Vera, 44, pedagoga. Ambos possuem mestrado e dizem não pertencer a nenhuma religião. Casados há 16 anos, conheceram-se na adolescência, por meio de amigos em comum. Também estabelecem uma conjugalidade nos moldes pós-modernos (Gomes & Paiva, 2003), com flexibilidade e respeito ao outro, com um vínculo sem características patológicas (Puget & Berenstein, 1993). Os principais projetos do casal dizem respeito às conquistas profissionais e acadêmicas. Possuem um estilo de vida voltado para o mundo adulto (Park, 2005), o que inclui viagens para os mais variados destinos, muito apreciadas pelo casal. Estabelecem uma rotina com distribuição equilibrada de tarefas, pequenos “rituais românticos” e valorização dos momentos que passam juntos. Vera vem de uma família numerosa de uma cidade do interior de São Paulo, tendo um bom relacionamento com as figuras materna e paterna. André conviveu com uma grave doença da mãe e com sua morte quando ele tinha cinco anos. Os pais de Vera viveram um casamento tradicional, assim como o pai de André com sua esposa, com quem se casou algum tempo depois da morte da primeira mulher. Ambos parecem não apresentar muitos conflitos em relação à escolha por não ter filhos, mostrando-se coerentes e satisfeitos com a decisão. Relatam ter sentido muita pressão numa época em que viveram em outro país, a Argentina, pois, segundo eles, a sociedade lá é muito familiar. Lá,

segundo eles, as pessoas sempre perguntavam qual dos dois tinha problema. Já no Brasil eles não relatam esse tipo de pressão, por conta do estilo de vida deles, das pessoas com quem eles andam, do pequeno contato que eles têm com as famílias.

Vera coloca que: *“Dos amigos teve uma pressãozinha, aquela coisa meio tranquila, mas a gente nunca sentiu. O sentimento, a gente nunca sentiu peso. Você já sentiu peso? Não (...)”*. E acrescenta: *“O foco é esse. A pressão, não nos maltratou, no nosso caso. Até porque a gente não dá muito espaço, talvez”*.

Concordando com a esposa, diz André que se houvesse pressão eles não cederiam. Diz, também:

Eu acho que a gente mora em uma cidade que é cosmopolita, o estilo de vida que a gente tem, a gente se relaciona com pessoas que são pessoas solteiras, que são pessoas que têm outra (...) A gente tem uma diversidade de relacionamentos, né, que foge daquela coisa do núcleo familiar que pede, que se alimenta dessa história de ter um filho, de ter, de ser o centro (...) E se tivesse, vamos supor, alguma pressão que a gente tivesse esse convívio mais próximo, com a família, eu acho que a gente se distanciaria. Eu não ficaria num meio que me cobrasse.

Destarte o casal define a ausência de filhos como um estilo socialmente valorizado, em que se pode conviver com qualquer outro estilo de vida sem se incomodar com eventuais pressões sofridas, ou com algum estereótipo relacionado à opção de vida que eles fizeram.

Casal D

Camila, 41 anos, artista e professora de dança, e Maurício, 41 anos, economista. Enquanto Camila completou o ensino médio, Maurício tem pós-graduação em sua área. Ele é católico não praticante; ela, por sua vez, acredita em diversos elementos de várias religiões diferentes. Casados há cinco anos, ambos já haviam decidido não ter filhos antes mesmo de se conhecerem. Assim como o casal B, conheceram-se via internet. Estabelecem um vínculo com características de complementaridade (Puget & Berenstein, 1993), em que ela é a artista, mais emotiva e expansiva, e ele é pragmático, mais racional. Apesar disso, apresentam bastante flexibilidade no vínculo quando se trata da divisão de tarefas domésticas, por exemplo. Falam de um relacionamento propiciador de muito crescimento e desenvolvimento para ambos, com muitas conquistas em comum, como a estabilidade financeira e os cuidados com a saúde,

como terem, juntos, parado de fumar, por exemplo. Maurício vem de uma família italiana e possui quatro irmãos. Seus pais estabeleciam uma conjugalidade em bases tradicionais, extremamente perturbada pela presença do avô paterno de Maurício, que vivia com eles. Ele apresenta uma forte ligação com a mãe em termos edípicos. Já os pais de Camila divorciaram-se quando ela era adolescente, porque seu pai, de origem árabe, gostaria de ter ao seu lado uma mulher submissa, enquanto sua mãe, segundo o casal, era uma mulher avançada para seu tempo: se pudesse, não teria tido filhos, não tinha vocação para ser mãe nem dona de casa e gostaria de dançar profissionalmente. Pode-se pensar, a partir daí, na influência do mecanismo de transmissão psíquica entre gerações (Kaës, 2001) atuando nas decisões de Camila de ser uma professora de dança sem filhos. A decisão por não procriar parece não ser carregada de muita ambivalência nem para a esposa nem para o marido, que se mostram bastante coerentes. Já no início da entrevista trazem o tema da aceitação social em relação à recusa da maternidade/paternidade. Diz Maurício:

Gozado que tem gente que acha que isso é egoísmo! Mas não tem nada de egoísmo isso daí. Tem gente que acha que é egoísmo. Mas não tem nada de egoísmo, é só opção, não querer ter filho. O pessoal não se conforma, é uma coisa! Parece que é um cara do outro mundo!

E a esposa completa, afirmando:

Então, da família não. Mas assim, da minha, né, porque da dele (...) Agora, outras pessoas, pessoas que você conversa, está numa conversa de cabeleireiro, quando você fala, alguém já vem falando alguma coisa como se assim, como se não pudesse ter. Engraçado, o pensamento das pessoas é sempre que nunca é por uma opção, sempre elas acham que você não tem porque você não pode ter. E elas (...) Então as pessoas te olham estranho, acham esquisito, parece que você é um extraterrestre.

Maurício relata sofrer muita pressão por parte de sua família, acrescentando o dado de que, de seus três irmãos, apenas uma manifestou o desejo de ter filhos. O casal, entretanto, não se mostra muito impactado pelas opiniões de outras pessoas, defendendo sempre a legitimidade da opção que fizeram.

DISCUSSÃO

Chama a atenção o fato de todos os casais, nas entrevistas, apresentarem espontaneamente reflexões sobre

o modo como percebem a estigmatização a que são submetidos. Estes resultados são coerentes com as pesquisas acerca das realidades de outros países, o que pode ser um indicativo de que a convivência entre as diversas formas de ser família no Brasil hoje envolve ainda conflito, desconhecimento e mal-estar.

Verifica-se, também, que os casais são afetados diferentemente, reagindo de formas diversas a tal visão social. Não se pretende, a partir deste estudo, realizar qualquer tipo de generalização, já que se trata de uma pesquisa com um número reduzido de participantes, em que se valoriza justamente a singularidade de cada um dos pares.

Há um indicativo, a ser aprofundado em estudos posteriores, de que a maneira com que cada casal lida com o fenômeno em questão esteja relacionada com o grau de ambivalência e de conflito – inter ou intrapsíquico – envolvido na decisão de não ter filhos, além do tipo de vínculo estabelecido pelo casal.

A conjugalidade, na totalidade dos casais entrevistados, possui características contemporâneas, ou seja, homens e mulheres estão envolvidos com o desenvolvimento profissional, dividem as tarefas domésticas igualmente, ligam-se a um estilo de vida essencialmente adulto, buscam a satisfação afetiva na relação com o outro e, no geral, o projeto compartilhado associa-se ao cuidado pelo outro (o próprio parceiro, um familiar próximo ou amigos) ou ao aprimoramento profissional e intelectual. O espaço compartilhado é avaliado como propiciador de crescimento para todos os envolvidos.

Nesta pesquisa, percebe-se que os participantes que lidam com a estigmatização e com a pressão social de maneira mais persecutória, com maior necessidade de reparações ou de alguma forma reativa de defesa, são aqueles em que o nível de ambivalência gerado pela escolha é maior, pelo menos em um dos membros: Augusto, no casal A, e Gabriela, no B. Já os casais C e D, em que os dois membros do par apresentam maior coerência interna com a decisão, não se sentem tão afetados com a visão social negativa, apesar de relatarem sua existência.

A escolha por não ter filhos, sendo acompanhada ou não de sentimentos ambivalentes, foi também determinada pela influência do modelo das famílias de origem.

Pretende-se, por fim, enfatizar a importância de uma aceitação social de todas as complexas formas de configuração familiar na sociedade atual, sem recorrer a um padrão socialmente idealizado e historicamente determinado de família. Mais especificamente em relação aos casais voluntariamente sem filhos, o que se percebe até agora é que estes estabelecem uma conjugalidade que pode ser propiciadora de desenvolvimento e de acolhimento ante

os conflitos e dificuldades impostos pela contemporaneidade.

E liberdade, quem sabe, para que cada um dirija sua vida no sentido que melhor lhe parecer, entre tantas possibilidades, com filhos, sem eles, buscando-os ou evitando-os, com consciência de seus desejos e em sintonia com eles ... é possibilidade real?

REFERÊNCIAS

- Abma, J. C., & Martinez, G. M. (2006). Childless among older women in the United States: trends and profiles. *Journal of Marriage and Family*, 68(4), 1045-1056.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Calhoun, L. G., & Selby, J. W. (1980). Voluntary Childlessness, involuntary childlessness, and having children: a study of social perceptions. *Family Relations*, 29(2), 181-183.
- Campbell, E. (1985). *The childless marriage: An exploratory study of couples who do not want children*. London: Tavistock Publications.
- Chatel, M.-M. (1995) *Mal estar na procriação: as mulheres e a medicina da reprodução*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- De Ollos, I. Y., & Kapinus, C. A. (2002). Aging childless individuals and couples: suggestions for new directions in research. *Sociological Inquiry*, 72(1), 72-80.
- Feres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 1-10.
- Feres-Carneiro, T. (2001). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau.
- Ferreira, A. B. H. (1975). *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fjell, T. I. (2002). Voluntarily childless women – wherein lies the problem? *Tidsskr Nor Laegeforen*; 122(1), 76-78.
- Gerart, D. R., Ratliff, D. A., & Lyle, R. R. (2001). Qualitative research in family therapy: a substantive and methodological review. *Journal of Marital and Family Therapy*, 27(2), 261-274.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gomes, I. C., & Paiva, M. L. S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: Possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo*, Maringá, 8, 3-9.
- Hewlett, S. A. (2002). Executive women and the myth of having it all. *Harvard Business Review*, 80(4), 66-73.
- Jablonski, B. (2003). Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a classe média carioca. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 141-168). Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola.
- Jeffries, S., & Konnert, C. (2002). Regret and psychological well-being among voluntarily and involuntarily childless women and mothers. *International Journal of Aging & Human Development*, 54(2), 89-106.
- Kaës, R. (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kemkes-Grottenthaler, A. (2003). Postponing or rejecting parenthood? Results of a survey among female academic professionals. *Journal of Biosocial Science*, 35(2), 213-226.
- Lee, C., & Gramotnev, H. (2006). Motherhood plans among young Australian women - Who Wants children these days? *Journal of Health Psychology*, 11(1), 5-20.
- Letherby, G. (2002). Childless and bereft?: Stereotypes and realities in relation to 'voluntary' and 'involuntary' childlessness and womanhood. *Sociological Inquiry*, 72(1), 7-20.
- Maldonado, M. T. (1989). *Maternidade e Paternidade: Situações especiais e de crise na família*. Vol 2. Vozes: Rio de Janeiro.
- Mezan, R. (2003). Adão e sua costela: busca da felicidade e crise atual no casamento. Em Gomes, P. B. (Org.). *Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares* (pp.159-172). São Paulo: Callis.
- Morell, C. (2000). Saying no: women's experiences with reproductive refusal. *Feminism and Psychology*, 10(3), 313-22.
- Park, K. (2002). Stigma management among the voluntarily childless. *Sociological Perspectives*, 45(1), 21-45.
- Park, K. (2005). Choosing childlessness: Weber's typology of action and motives of the voluntary childless. *Sociological Inquiry*, 75(3), 372-402.
- Puget, J., & Berenstein, I. (1993). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rios, M. G. (2007). *Casais sem filhos por opção: análise psicanalítica através de entrevistas e TAT*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface Comunic, Saúde, Educ*, 5(8), 47-60.
- Solis-Ponton, L. (2004). *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Stöbel-Richter, Y., Beutel, M. E., Fink, C., & Bräler, E. (2005). The 'wish to have a child', childlessness and infertility in Germany. *Human Reproduction*, 20(10), 2850-2857.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórica-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.

Recebido em 23/08/2007
Aceito em 16/07/2008